



2

Processo n.º10/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 16.05.2013, contra o ciclista _____, portador da licença n.º _____ tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea c) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, que se consubstanciou no facto do seu perfil hematológico (registado no denominado Passaporte Biológico) apresentar características anómalas.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros deste Conselho, tendo-se verificado que o Arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Decisão

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: *“Considerando tudo quanto acima se expôs, atentas as circunstâncias do caso concreto, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de doze anos (artigo 65.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, por remissão para a tabela constante do anexo*



ao mesmo diploma), acrescida da anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após o dia 06.01.2011 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e de uma sanção pecuniária que, se fixa em €2.800 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).”.

Tendo este Conselho feito questão de acompanhar sempre de perto o desenrolar deste processo, dispõem os seus membros nesta data de um conhecimento suficientemente aprofundado acerca de todos os elementos que o integram. Analisado o relatório final de inquérito e discutida a proposta do Exmo. Senhor Instrutor, unanimemente todos os membros concordaram com a mesma.

Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar ao ciclista

as seguintes sanções cumulativas:

- **Pena de doze anos de suspensão da atividade desportiva** (art. 65º nº 1 da Lei nº 38/2012, por remissão para a tabela constante do anexo ao mesmo diploma, em virtude deste ser reincidente);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 06.01.2011** (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Sanção pecuniária no valor de €2.800,00** (art. 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor à data dos factos).

Nestes termos, tendo o Arguido estado suspenso preventivamente ao abrigo deste processo entre 16.05.2013 e 03.06.2013, o período decorrido (18 dias) é descontado na pena a cumprir. Portanto, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 14.07.2025 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

De molde a que seja garantido o cumprimento efetivo da sanção ora aplicada, o Arguido deverá proceder à entrega da sua licença desportiva na sede da UVP-FPC (pessoalmente ou via CTT) no prazo máximo de 5 dias. A licença ser-lhe-á devolvida decorrido que esteja o período de suspensão.

Notifique-se a decisão ao Ciclista, ao Ilustre Mandatário e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 01 de Agosto de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

RELATÓRIO FINAL

I. INTRODUÇÃO E TRÂMITES PROCESSUAIS

O Presidente do Conselho de Disciplina da **UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO** (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), determinou a instauração do presente processo disciplinar contra o ciclista : **[nome]**, com a **licença nacional n.º [número]**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela infração ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

No âmbito do processo disciplinar foi realizado o presente inquérito, durante o qual se efetuaram, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida toda a prova documental enviada pela ADoP, relativa ao Passaporte Biológico com o código POR0139 (v. fls. 5 a 777);
2. Foi elaborada nota de culpa (v. fls. 784 a 787);
3. A nota de culpa foi recebida pelo Arguido (v. fls. 794);
4. O Arguido requereu a prorrogação do prazo para apresentação de resposta à nota de culpa, tendo o requerido sido deferido (v. fls. 815 a 821);
5. O Arguido apresentou resposta escrita à nota de culpa, à qual juntou 4 (quatro) documentos e requereu produção de prova (v. fls. 822 a 876);
6. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 877 a 879);
7. Foi notificada a ADoP, por e-mail, na pessoa do seu Presidente, o Professor Dr. Luís Horta, para vir prestar alguns esclarecimentos de índole técnico-científica (v. fls. 881 a 893);
8. Foi solicitado a pronúncia do Painel de Peritos relativamente ao novo parecer apresentado pelo Arguido, da autoria do Dr. Douwe de Boer (v. fls. 960 a 979);
9. Foi proferido despacho interlocutório, decidindo sobre os requerimentos de prova apresentados pelo Arguido (v. fls. 980 a 983);
10. Foi elaborado, a requerimento do Arguido, um parecer por um técnico independente (Dr. João Pereira de Almeida, perito nomeado oficiosamente) sobre os documentos constantes do Passaporte Biológico do Arguido (v. fls. 1024);
11. O Arguido foi notificado, na pessoa do seu Advogado, do despacho interlocutório, e-mails trocados entre o Instrutor e a ADoP e do novo Parecer do Painel de Peritos (v. fls. 984 a 1023);

12. O Arguido efetuou o requerimento de fls. 1029 a 1031 e o requerimento de fls. 1032 a 1043, aos quais foi dado o despacho de fls. 1044 e 1045.

O Arguido constituiu mandatário, o Exmo. Sr. _____ (céd. prof. n.º _____), que o acompanhou ao longo de todo o processo, nomeadamente, aquando da sua inquirição.

No decorrer da inquirição do Arguido o mesmo confessou que em 2003 foi condenado pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC ao período de 2 (dois) anos de suspensão, por prática de ato de dopagem (toma da substância proibida eritropoetina). Tal facto era, até então, desconhecido do Instrutor, motivo pelo qual não foi relevado na nota de culpa (na qual se tratou o Arguido como primário). Nestes termos, verificou-se que seria necessário proceder à alteração/agravamento da moldura sancionatória constante da nota de culpa (em vez de 2 anos de suspensão, sendo reincidente, a moldura sancionatória aplicável ao caso concreto é de 8 a 25 anos de suspensão – cfr. tabela anexa à Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, por remissão do artigo 65.º do mesmo diploma), facto que ficou desde logo registado no Auto de Declarações e foi imediata e pessoalmente notificado ao Arguido, sendo-lhe então concedido o prazo de 10 dias para que se pronunciasse (v. fls. 879). Findo tal prazo, o Arguido nada disse.

Na resposta à nota de culpa, para além de juntar documentos, o Arguido efetuou dois requerimentos probatórios, a saber: *i. "(...) A realização de uma perícia, a realizar por um técnico devidamente qualificado, a nomear no âmbito dos presentes autos, pela instrução do processo (...)"* que viesse esclarecer se *"O perfil hematológico do arguido revelado pela documentação constante dos autos (passaporte biológico) permite concluir pela alta probabilidade da utilização de substâncias e/ou métodos proibidos ou, pelo contrário, é suscetível de outras explicações."* (v. fls. 825 e 831); e, *ii.* Fosse realizado um conjunto de recolhas de amostras sanguíneas ao Arguido, em altitude, durante um período de 30 dias, para determinar o impacto que o treino em altitude tem no seu perfil hematológico (v. fls. 830 e 831).

A resposta a estes requerimentos de prova foi dada no despacho de fls. 980 a 983, tendo-se então decidido que, em face da impossibilidade de obter uma solução consensual (entre a ADoP e o Arguido) quanto ao perito independente a nomear, a escolha teria de ser feita oficiosa e unilateralmente, pelo Instrutor (o que, aliás, ia ao encontro do requerido pelo Arguido). Assim, quer pela total independência, quer pela competência técnica amplamente reconhecida no meio científico, foi escolhido o _____, médico especialista em Medicina Desportiva e em Patologia Clínica, membro da Comissão Médica do Comité Olímpico de Portugal e membro da Federação Internacional de Medicina Desportiva. Notificado o Arguido do nome do perito designado, a escolha não mereceu contestação (v. fls. 1029 a 1031).

No mesmo despacho (de fls. 980 a 983) decidiu-se também o outro requerimento de prova feito pelo Arguido, o qual foi indeferido, grosso modo porque *"(...) a implementação do protocolo*

necessário para a realização dos testes requeridos exigiria um conjunto de meios humanos e técnicos que dificilmente poderiam ser garantidos. Para além disso, dada a rigidez do protocolo (controlo direto dos médicos sobre o Arguido, 24 horas por 24 horas, ininterruptamente, durante 30 dias), dificilmente seria possível concluí-lo com sucesso, isto é, sem quebras que determinassem a sua anulação. E, por fim, atendendo a que, como ficou claro, os resultados a retirar do estudo não permitiriam afastar as conclusões do Painel de Peritos (o que, aliás, já se antevia, dado que sempre permaneceriam por explicar os restantes resultados desconformes constantes do parecer, que nada têm que ver com treino em altura), os custos (humanos, financeiros, materiais e institucionais) da realização do referido estudo mostram-se absolutamente desproporcionais ao resultado que permitiram obter."

Para além disto, dada a complexidade técnico-científica da questão em apreço, e não dispondo o Instrutor de conhecimentos suficientes nessa área que lhe permitissem decidir autónoma e fundamentadamente, foi solicitado à ADoP que submetesse o novo parecer apresentado pelo Arguido (parecer do Dr. Douwe de Boer, datado de 16.006.2013 e que, por ser posterior ao inquérito prévio da ADoP, ainda não havia sido dado ao contraditório) ao escrutínio do Painel de Peritos (grupo de peritos independentes, constituído pelo Dr. Giuseppe d'Onofrio, o Dr. Paulo Paixão e o Dr. Yorck Olaf Schumacher, que elaboraram os pareceres constantes da documentação de suporte do Passaporte Biológico que foi remetida pela ADoP ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC), o que veio a suceder.

Aqui chegados, o processo dispõe de 7 (sete) pareceres incidentes sobre a matéria técnico-científica em causa nos autos [dois do Dr. Douwe de Boer (v. fls. 832 a 849 e 861 a 871), um da Dra. Ana Espírito Santo (v. fls. 851 a 859), três do Painel de Peritos (v. fls. 24 a 29, 94 a 104 e 910 a 920) e um do Dr. João Paulo Almeida (v. fls. 1024)].

Não foram inquiridas testemunhas, pois tal diligência não foi requerida pelo Arguido e oficiosamente também não se julgou necessário fazê-lo.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o inquérito, para determinar quais se

consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para a final concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

O Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem, especificamente, de infração ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se na '*Documentação de Suporte do Passaporte Biológico*' (v. fls. 8 a 117) e na '*Documentação de Suporte - Relatório Analítico*' de cada uma das 12 (doze) amostras sanguíneas que foram recolhidas ao Arguido entre 15.07.2010 e 14.08.2012 (v. fls. 118 a 777).

Da análise da documentação *supra* mencionada pode constatar-se que, no âmbito da estratégia denominada *Passaporte Biológico*, a ADoP procedeu à recolha das seguintes amostras sanguíneas ao Arguido:

- Amostra n.º432217, código INTERDITO, recolhida em 15.07.2010 (v. fls. 118 a 168);
- Amostra n.º775078, código DILACERAR, recolhida em 03.09.2010 (v. fls. 169 a 221);
- Amostra n.º432061, código PROGUNAR, recolhida em 21.10.2010 (v. fls. 222 a 274);
- Amostra n.º432153, código CELULOSE, recolhida em 06.01.2011 (v. fls. 275 a 327);
- Amostra n.º520103, código PREVENIDO, recolhida em 02.03.2011 (v. fls. 328 a 380);
- Amostra n.º520100, código ENCESTAR, recolhida em 12.03.2011 (v. fls. 381 a 444);
- Amostra n.º520123, código PROGREDIR, recolhida em 13.06.2011 (v. fls. 445 a 497);
- Amostra n.º520146, código FESTIDO, recolhida em 04.07.2011 (v. fls. 498 a 550);
- Amostra n.º520295, código NORDESTE, recolhida em 01.08.2011 (v. fls. 551 a 606);
- Amostra n.º520265, código ENCAMBAR, recolhida em 03.08.2011 (v. fls. 607 a 663);
- Amostra n.º520160, código DESMOBILAR, recolhida em 24.08.2011 (v. fls. 664 a 719);
- Amostra n.º795431, código EMBATOCAR, recolhida em 14.08.2012 (v. fls. 720 a 777).

As amostras recolhidas foram analisadas no Laboratório de Análises de Dopagem (adiante LAD) – o qual é acreditado pela Agência Mundial Antidopagem – tendo os resultados sido decodificados e introduzidos pela ADoP num *software* criado e validado pela Agência Mundial Antidopagem (v. '*The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines*', fls. 895 a 946), e que permitiu estabelecer um perfil hematológico do Arguido, assim como valores de referência de normalidade baseados nos próprios resultados deste (v. fls. 12 a 14).

Feita a leitura dos dados que foram sendo inseridos, a referida aplicação informática detetou que o perfil do Arguido apresentava resultados anómalos, motivo pelo qual a Unidade de Gestão do

Passaporte Biológico da ADoP enviou toda a documentação, juntamente com o historial competitivo do atleta e a documentação de suporte do laboratório à apreciação de um grupo de peritos independentes, aqui designado Painel de Peritos.

Instado a pronunciar-se, o Painel de Peritos emitiu um Parecer, datado de 27 de Fevereiro de 2013 (v. fls. 24 a 29), no qual consta que:

- *"Este perfil é caracterizado por uma variabilidade importante de todos os três parâmetros ABP, com várias situações anómalas (...)"*.
- *"A característica mais suspeita é observada nas amostras 9 e 10, que apresentam uma fase de estimulação pré-competitiva típica com os valores mais altos de reticulócitos do perfil antes da Volta a Portugal 2011."*
- *"Para além disso, o par de amostras 5 e 6 é caracterizado por um marcante aumento na hemoglobina (+22 g/L em dez dias); a amostra 5 apresenta também um valor alto de reticulócitos, indicando estimulação da eritropoiese. A contagem de reticulócitos é subsequentemente diminuída (inibição da eritropoiese) e a hemoglobina aumentou (em resultado da prévia estimulação) na amostra 6, que foi colhida 10 dias depois, na Volta a Albufeira."*
- *"A amostra 4, para além disso, é anómala: Apresenta o segundo valor de hemoglobina mais alto associado com a mais baixa contagem de reticulócitos (0.6%, com uma muito baixa fração imatura (IRF) de 1.2%): isto é uma constelação não fisiológica. Esta amostra foi colhida no início de janeiro de 2011."*
- *E, por fim, conclui que "Considerando a informação contida no Passaporte Biológico do Praticante Desportivo, é altamente improvável que o perfil longitudinal seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica. Na nossa opinião unânime, é altamente provável que uma substância Proibida ou Método Proibido tenha sido utilizada e é improvável que seja o resultado de qualquer outra causa." (sublinhado nosso).*

Face à unanimidade deste Parecer, a ADoP notificou o Arguido para que viesse apresentar uma explicação para os resultados que permitisse afastar ou pôr em causa as conclusões do Painel de Peritos. E, para o efeito, disponibilizou-lhe a Documentação de Suporte do perfil anómalo (do Passaporte Biológico).

O Arguido defendeu-se, em 12 de Abril de 2013, alegando, em suma, que "(...) Segundo o parecer fundamentado do Sr. Dr. Douwe de Boer [perito a quem o Arguido recorreu] a conclusão de que é altamente provável que o signatário tenha usado uma substância proibida ou um método proibido não é correcta e outras explicações são possíveis. O signatário apresenta também um parecer da Sra. Dra. Ana Espírito Santo, assistente hospitalar em Hematologia Clínica, sobre a explicação da variação de parâmetros nas amostras 4, 5, 6, 9 e 10. A Sra. Dra. Ana Espírito Santo também considera como muito plausíveis outras explicações para o perfil hematológico revelado. (...) o signatário apresenta ainda os resultados de um conjunto de

análises a que o parecer do Sr. Dr. Douwe de Boer se refere, sendo que o parecer da Sra. Dra. Ana Espírito Santo também se refere ao resultado da análise Serologia 1 Virologia, de 2/4/2013, confirmando os marcadores serológicos de infecção prévia quer por Parvovirus B19, quer pelo vírus Epstein Barr.” – tendo junto para o efeito, em anexo à sua resposta, os respetivos pareceres e análises clínicas (v. fls. 31 a 60).

As explicações do Arguido (incluindo os pareceres e os resultados das análises clínicas) foram submetidas à apreciação do Painel de Peritos que, em 04 de Maio de 2013 veio concluir, novamente unanimemente, que “Com base no escrutínio científico de diferentes pontos avançados pela defesa do praticante desportivo, nós não consideramos que qualquer dos argumentos explique as características irregulares do perfil. Os pontos mais suspeitos assinalados na nossa avaliação prévia do perfil permanecem sem resposta (uma estimulação do sistema eritropoético nas amostras 9 e 10, um volume de células vermelhas supra fisiológico na amostra 4 e um aumento inexplicado da concentração de hemoglobina de 2,2 g/dl entre as amostras 5 e 6 em apenas 10 dias). Em contraste com as explicações disponibilizadas pela defesa, é típico observar características tais como as vistas no perfil POR0139 fazer presumir manipulação sanguínea envolvendo o uso de agentes estimuladores da eritropoiese e/ou transfusões sanguíneas. Considerando a informação disponível nesta fase, nós confirmamos portanto o nosso prévio parecer de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea. É altamente improvável que seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica, mas pode em contraste ser causado pelo uso de substâncias ou métodos proibidos.” [sublinhado nosso] (v. fls. 94 a 103).

Estando a ADoP na posse de toda esta informação, verificou que não foi concedida nenhuma autorização de utilização terapêutica ao Arguido e que não ocorreu nenhuma violação da Norma Internacional para Controlo e da Norma Internacional para Laboratórios da AMA que pusesse em causa a validade dos resultados verificados, pelo que, sem encontrar uma justificação válida para os resultados desconformes, remeteu o processo à UVP/FPC – nos termos do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto – com a indicação de que fosse aberto processo disciplinar (v. fls. 5 a 7).

A abertura do processo disciplinar foi determinada em 16 de Maio de 2013, pelo Presidente do Conselho de Disciplina da UVP-FPC (v. fls. 1), sendo o Arguido posteriormente notificado da nota de culpa, na qual lhe foram imputados os factos antes expostos.

O Arguido apresentou resposta escrita à nota de culpa, na qual estruturou a sua defesa nos seguintes cinco pontos:

A) *Interpretação do perfil revelado pelo passaporte biológico do arguido*

Defendeu que “O Arguido não pode aceitar a conclusão do painel de peritos designados pela ADoP, por duas razões: a) Em primeiro lugar, não praticou qualquer ilícito; e, b) Em

segundo lugar, os técnicos a que ele próprio recorreu continuam a sustentar que a conclusão retirada pelos peritos designados pela ADoP não está correcta." (v. fls. 822 a 825).

B) A resposta do painel de peritos

Arguiu que "De acordo com o Código Mundial Antidopagem (...) uma vez apresentada pelo atleta uma explicação para os resultados relevados na informação recolhida pela organização antidopagem, o painel de três peritos deve reanalisar toda essa informação (...)" e não apenas a explicação dada pelo atleta, como sucedeu no caso concreto (v. fls. 825 e 826).

C) Preterição do direito de contra-análise

Afirma que "(...) a documentação junta ao processo demonstra (e o Código Mundial Antidopagem prevê) em todas as recolhas realizadas ao arguido existiu uma amostra A e uma amostra B." e daqui conclui que, não foi conferido ao Arguido o direito de solicitar a análise da amostra B (v. fls. 826 e 828).

D) Falta de autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados para o tratamento da base de dados em que consiste o passaporte biológico

Assevera que "O Presidente da ADoP só em 27/6/2011 obteve autorização da CNPD para o tratamento de uma base de dados com os perfis hematológicos dos praticantes desportivos abrangidos pela estratégia do passaporte biológico (...)", pelo que, "As recolhas efetuadas anteriormente à autorização da CNPD não podem ser invocadas pela ADoP, sendo ilegais.", facto que prejudica toda a acusação, "(...) dada a natureza longitudinal do perfil considerado e o facto de os peritos designados pela ADoP não terem analisado separadamente as demais recolhas." (v. fls. 828 e 829).

E) A sanção de anulação dos resultados desportivos obtidos.

Pugna que a sanção de anulação dos resultados desportivos "(...) não é manifestamente aplicável aos casos de violação da norma antidopagem imputada ao arguido." (v. fls. 829).

Aquando da sua inquirição, o Arguido veio reafirmar o que já havia avançado na resposta à nota de culpa e, portanto, mais uma vez, pugnou pela sua inocência e disse, em suma, que:

- a. "Inquirido sobre como explica as variações de hemoglobina e reticulócitos que ocorreram no seu perfil hematológico entre 2010 e meados de 2012, respondeu que não encontra nenhuma justificação para além do que já informou a ADoP, especificamente, através dos pareceres do Dr. Douwe de Boer e Dra. Ana Espírito Santo. Perguntado ao Arguido se durante o período em causa alguma vez fez transfusões sanguíneas (injeção ou retirada de sangue do seu organismo), respondeu que não. Questionado se no mesmo

período alguma vez recorreu a manipulação sanguínea, estimulação do sistema eritropoético, toma de substâncias proibidas ou utilização de outros métodos proibidos, respondeu que não." (v. pontos 1 e 2, a fls. 877).

- b. Ao longo de todo o período em que lhe foram recolhidas as amostras nunca perdeu sangue, não fez transfusões sanguíneas e não houve nenhum acontecimento na sua vida diferente do habitual, com exceção de que "(...) desde o último semestre de 2010 até Janeiro de 2011 perdeu sangue. Explicou que quase sempre que urinava perdia sangue junto com a urina, vindo depois a perceber que isso se devia a um problema no selim da bicicleta, que lhe provocou hematúria macroscópica com formação de coágulos justificada por traumatismo uretral. Mais acrescentou que esta justificação já foi apresentada à ADoP, constando do parecer da Dra. Ana Espírito Santo." (v. ponto 5, a fls. 878).

Ainda na resposta à nota de culpa, e com vista a sustentar a sua defesa, o Arguido requereu a junção aos autos de 4 (quatro) documentos e a realização das seguintes diligências de prova: 1. A realização de uma terceira perícia, por perito independente, a nomear pelo Instrutor; e, 2. A realização de um conjunto de análises a amostras de sangue recolhidas ao Arguido, em altitude, durante um prazo não inferior a 30 (trinta) dias (v. fls. 831).

Pelos motivos *supra* expostos e melhor descritos no despacho de fls. 927 a 930, a realização da terceira perícia foi deferida e efetivada e a realização das recolhas de análises em altura foi indeferida.

Quanto aos documentos juntos, a novidade para o processo foi o novo parecer do Dr. Douwe de Boer, datado de 16 de Junho de 2013, ou seja, elaborado já durante o decurso deste inquérito (v. fls. 861 a 871 e 894 a 906).

Nesse sentido, tratando-se o parecer de uma análise de cariz técnico-científica em matéria hematológica, e não se julgando o Instrutor preparado para o apreciar com exatidão, entendeu-se ser benéfico submetê-lo à apreciação do Painel de Peritos, de molde a podermos assegurar-nos se este documento trazia, ou não, uma explicação para os resultados anómalos (v. fls. 881 a 983).

Expostas que estão, em termos genéricos, a acusação e a defesa apresentada pelo Arguido, caberá agora fazer uma análise crítica detalhada de cada um dos pontos controvertidos, para a final podermos concluir se a defesa deve, ou não, ser considerada procedente.

Para maior facilidade expositiva, agruparemos os pontos a analisar com referência à mesma ordem pela qual foram apresentados pelo Arguido na resposta à nota de culpa.

A. Da Interpretação do Perfil Revelado pelo Passaporte Biológico do Arguido

Nos artigos 1.º a 16.º da resposta à nota de culpa o Arguido pugna pela sua inocência, alegando, para o efeito, que não praticou qualquer ilícito e que a conclusão do Painei de Peritos é precipitada, porquanto podem existir outras explicações para as anomalias apresentadas pelo perfil hematológico. O Arguido suporta documentalmente as suas alegações em 3 (três) pareceres (dois do Dr. Douwe de Boer e um da Dra. Ana Espírito Santo) e num conjunto de resultados de análises clínicas.

Concretamente, o Arguido afirma que *"Em relação ao resultado das análises correspondentes às recolhas 4, 5 e 6 verifica-se que esse resultado pode ser explicado por perdas de sangue, em combinação ou não com uma infecção; e, em relação ao resultado das análises correspondentes às recolhas 9 e 10, verifica-se que esse resultado pode ser explicado pela altitude."* (v. artigo 8.º da resposta à nota de culpa).

Para melhor suportar a sua defesa, o Arguido requereu que fosse submetido a *"(...) uma bateria de análises durante vários dias, tendo em vista demonstrar, em concreto, a verificação do efeito da altitude sobre o seu sistema hematológico."* (v. artigo 10.º da resposta à nota de culpa). Para o efeito, disponibilizou-se a deslocar-se durante 30 dias para a Serra da Estrela. Contudo, como vá vimos acima, tal requerimento de prova foi indeferido.

Para além disto explicou ainda que *"Perante a existência de dois juízos técnico-científicos opostos, é imprescindível que o processo, na fase contraditória em que se encontra, comporte um terceiro juízo, emitido por um perito reconhecido e independente."* (v. artigo 12.º da resposta à nota de culpa). Já nas conclusões, especificou que o dito perito independente deveria ser nomeado *"(...) pela instrução do processo [para] que se pronuncie sobre a seguinte questão: O perfil hematológico do arguido revelado pela documentação constante dos autos (passaporte biológico) permite concluir pela alta probabilidade da utilização de substâncias e/ou métodos proibidos ou, pelo contrário, é susceptível de outras explicações?"*.

O requerimento de prova foi deferido, mas o resultado acabou por ser desfavorável às pretensões do Arguido. De facto, instado a pronunciar-se, o perito independente nomeado, Dr. João Pereira de Almeida, veio esclarecer que *"Analisei toda a documentação que me foi remetida em CD. Concorro com as afirmações de ambos os pareceres do painel de peritos de 27.02.2013 e 04.05.2013, apresentadas neste caso."* (v. fls. 1024).

E, portanto, aqui chegados, a sustentação da defesa do Arguido fica alicerçada, tão só, nos dois pareceres do Dr. de Douwe de Boer e no parecer da Dra. Ana Espírito Santo, todos eles amplamente rebatidos pelo Painel de Peritos (e pelo Dr. João Pereira de Almeida, como vimos).

Mas, vejamos em detalhe.

No primeiro parecer do Painel de Peritos, datado de 27.02.2013, indicam-se três características suspeitas no perfil hematológico do Arguido, a saber:

"1) A característica mais suspeita é observada nas amostras 9 e 10, que apresentam uma fase de estimulação pré-competitiva típica com os valores mais altos de reticulócitos do perfil antes da Volta a Portugal 2011.

2) Para além disso, o par de amostras 5 e 6 é caracterizado por um marcante aumento na hemoglobina (+22 g/L em dez dias); a amostra 5 apresenta também um valor alto de reticulócitos, indicando estimulação da eritropoiese. A contagem de reticulócitos é subsequentemente diminuída (inibição da eritropoiese) e a hemoglobina aumentou (em resultado da prévia estimulação) na amostra 6, que foi colhida 10 dias depois, na Volta a Albufeira.

3) A amostra 4, para além disso, é anómala: Apresenta o segundo valor de hemoglobina mais alto associado com a mais baixa contagem de reticulócitos (0.6%, com uma muito baixa fração imatura (IRF) de 1.2%); isto é uma constelação não fisiológica. Esta amostra foi colhida no início de janeiro de 2011." (v. fls. 28).

O Dr. Douwe de Boer, no seu parecer de 10.04.2013, agrupa os resultados anómalos em duas categorias e apresenta as seguintes justificações: As amostras n.º 4, 5 e 6 indicam *"(...) uma possível condição de anemia microcítica (...) Devido a esta perda de sangue infrequente e provavelmente também porque a perda de sangue pode ter tido flutuações na sua severidade, a percentagem de reticulócitos e portanto também a da concentração de hemoglobina flutuou significativamente."* Relativamente às amostras 9 e 10 explica-as pela *"colheita de amostras a alta altitude."* E, posto isto, o Dr. Douwe de Boer conclui que *"O perfil hematológico pode ser considerado como sendo difícil de avaliar devido a várias razões. Algumas observações assinaláveis e/ou outras podem ser explicadas seja pela perda de sangue infrequente devida à construção da bicicleta e ao tratamento subsequente em combinação com ou sem uma infeção (amostra de sangue 4, 5 e 6) ou pode ser relacionada com a relativamente alta altitude (amostras de sangue 9 e 10). Consequentemente, a consideração que é supostamente altamente provável que o ciclista usou (a) substância(s) proibida(s) e/ou método(s) proibido(s) não está correta e estão disponíveis outras explicações."* (v. fls. 36 a 48).

O parecer da Dra. Ana Espírito Santo, datado de 09.04.2013, apresenta uma explicação condizente com a do Dr. Douwe de Boer, nomeadamente, imputa os resultados das amostras 9 e 10 à "(...) realização prévia mente de um treino em altitude e de 2 provas desportivas, que fomentaram a estimulação fisiológica da medula óssea (...)" e "A variabilidade na hemoglobina e o decréscimo dos reticulócitos nas amostras 5 e 6 pode ser justificada pela estimulação verificada na amostra 4 (...) a variabilidade apresentada na amostra 4 (...) pode ser explicada pela estimulação fisiológica da medula óssea que após atingir o seu 'máximo' de estimulação passará por um período de maior frenação por mecanismo de feedback. O mecanismo de estimulação pode ser explicado quer pelo treino (...) mas também a condições patológicas (...) Durante pelo menos o ultimo semestre de 2010 e até ao fim de Janeiro de 2011 o atleta apresentou hematúria macroscópica, com formação de coágulos, justificada nessa data por traumatismo uretral pelo selim da bicicleta." E avança ainda que "Não deixa de ser possível a infecção vírica, face à altura do ano em que esta situação se reporta (inverno) atendendo também ao facto do atleta em questão possuir marcadores serológicos de infecção prévia quer por Parvovirus B19 quer pelo vírus Epstein Barr, o que pode ter ocorrido nesta data." (v. fls. 60).

Vejamos detalhadamente os comentários produzidos pelo Painel de Peritos às explicações apresentadas pelo Dr. Douwe de Boer e pela Dra. Ana Espírito Santo (v. fls. 99 a 104).

Relativamente à explicação dada pelo Dr. Douwe de Boer para os resultados das amostras 4, 5 e 6, o Painel de Peritos afirma que "De um ponto de vista científico, é claro que não há evidência de deficiência de ferro ou anemia no perfil por várias razões: Claramente, não há anemia. Anemia é uma 'falta de sangue'. Para indivíduos do sexo masculino, um nível de hemoglobina inferior a 13 g/dl é comumente considerado como indicador de um estado de anemia em indivíduos saudáveis. (...) No presente praticante desportivo, nenhuma das amostras em causa se encontra abaixo deste limiar, logo a anemia está ausente, especialmente se considerado que o praticante desportivo compete numa disciplina de endurance, e está portanto sujeito à expansão máxima do volume do plasma.". E, quanto à deficiência de ferro, afirma que "Nas amostras em questão, os Reticulócitos são altamente variáveis. Os números elevados nas amostras 5 e 6 excluem portanto qualquer deficiência severa de ferro." (v. fls. 100).

E, quanto ao efeito do treino em altura, que alegadamente teria influído e justificaria o resultado das análises das amostras 9 e 10, veio o Painel de Peritos esclarecer que "Está cientificamente demonstrado que uma estadia em altitude de pelo menos 200 horas a altitudes de 2500m ou mais alto é necessária para induzir alterações mensuráveis no sistema hematológico. Mesmo se essas condições são cumpridas, as

alterações são relativamente suaves. Dependendo da data do controlo em relação à exposição à altitude (antes/durante/depois), o aumento/diminuição de Reticulócitos encontrar-se-á entre 0.1 e 0.2%. No presente praticante desportivo, no entanto, o nível de Reticulócitos é aumentado em cerca de 1%, logo 5 vezes a magnitude expectável. Para além disso, é altamente improvável que a altitude seja a causa provável para a constelação observada, dado que a estadia em altitude indicada pelo praticante desportivo para as amostras em causa foi de curta duração (6 dias) e insuficiente em hipoxia (1600m, Serra da Estrela)".

Quanto às justificações apresentadas pela Dra. Ana Espírito Santo, no que respeita ao treino em altitude, o Painel de Peritos remeteu para as explicações já avançadas, justificou que o alegado *feedback* negativo da regulação eritropoética provocado pela amostra 4 e que se teria refletido nos resultados das amostras 5 e 6 "(...) *não se adequa aos dados (...)*", porquanto o período entre as análises foi grande (dois meses) e, "*Em segundo lugar, a amostra 4 não apresenta qualquer estimulação, antes um estado eritropoético parcialmente suprimido com uma elevada massa de células vermelhas. Desse modo, não há definitivamente um mecanismo de feedback da amostra 4 afetando as amostras 5 e 6.*" (v. fls. 101).

Por último, quanto às infeções sofridas pelo Arguido, após análise aprofundada, o Painel de Peritos conclui que "*Isto não prova que os vírus tenham tido qualquer impacto significativo no perfil.*" (v. fls. 102).

Portanto, aqui chegados, temos que o Painel de Peritos anulou fundamentadamente todas as pretensas justificações apresentadas pelo Arguido para o perfil anómalo. Fê-lo de forma categórica, analisando todos os pontos separadamente e, contrariamente ao que fizeram os peritos do Arguido, assentou todas as suas afirmações mais importantes em diversas referências bibliográficas da especialidade, o que sempre faz presumir que não se tratam de meras opiniões ou sugestões (v. fls. 104).

Temos também, ainda de um ponto de vista meramente pericial, que as afirmações veiculadas pelo Painel de Peritos até aqui são acompanhadas, sem ressalvas, pelo perito nomeado nos autos pelo Instrutor (Dr. João Pereira de Almeida), o qual veio asseverar que "*Analisei toda a documentação que me foi remetida em CD [Passaporte Biológico do Arguido, bem como os pareceres do Painel de Peritos, do Dr. Douwe de Boer e da Dra. Ana Espírito Santo]. Concordo com as afirmações de ambos os pareceres do painel de peritos de 27.02.2013 e 04.05.2013, apresentadas neste caso.*" (v. fls. 1026). Daqui se retira, em resposta ao requerimento do Arguido, que para este perito o perfil hematológico do arguido revelado pela documentação constante dos autos

(passaporte biológico) permite, como avançou o Painel, concluir pela alta probabilidade da utilização de substâncias e/ou métodos proibidos.

Pelo que, neste ponto, não temos dúvidas em afirmar que, perante o conflito de opiniões técnico-científicas resultante da prova pericial até aqui realizada, o Instrutor, sem pejo, está amplamente convencido da assertividade das conclusões do Parecer do Painel de Peritos de 04 de Maio de 2013, nos termos das quais " *Com base no escrutínio científico de diferentes pontos avançados pela defesa do praticante desportivo, nós não consideramos que qualquer dos argumentos explique as características irregulares do perfil. Os pontos mais suspeitos assinalados na nossa avaliação prévia do perfil permanecem sem resposta (uma estimulação do sistema eritropoético nas amostras 9 e 10, um volume de células vermelhas supra fisiológico na amostra 4 e um aumento inexplicado da concentração de hemoglobina de 2,2 g/dl entre as amostras 5 e 6 em apenas 10 dias). Em contraste com as explicações disponibilizadas pela defesa, é típico observar características tais como as vistas no perfil POR0139 fazer presumir manipulação sanguínea envolvendo o uso de agentes estimuladores da eritropoiese e/ou transfusões sanguíneas. Considerando a informação disponível nesta fase, nós confirmamos portanto o nosso prévio parecer de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea. É altamente improvável que seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica, mas pode em contraste ser causado pelo uso de substâncias ou métodos proibidos.*" (v. fls. 102 e 103).

Sem prejuízo, dado que a prova apresentada pelo Arguido não se fica por aqui, cabe continuar a analisar.

Na realidade, para além da prova pericial já analisada, na resposta à nota de culpa o Arguido veio apresentar um novo parecer do Dr. Douwe de Boer, datado de 16.06.2013 (v. fls. 861 a 871).

Em termos factuais o parecer não traz nada de inovador, limitando-se a rebater as afirmações e conclusões técnico-científicas emitidas pelo Painel de Peritos no seu parecer de 04 de Maio de 2013.

Em suma, e sem prejuízo da análise mais aprofundada que a consulta do documento permitirá, o perito veio então reafirmar que parte da explicação para o perfil pode ser encontrada na perda de sangue sofrida pelo Arguido, em virtude da hematúria. Quanto às alegadas infeções virais, vem assumir que "*The athlete can never prove the exact timing of virus infection nor can the Expert Panel exclude the possibility of a virus infection at the relevant time period. Nevertheless, the clear trend in MCV is a very strong indication of a physiological and/or pathological event, e.g. infrequent blood loss combined or not with a*

virus infection (...) (v. fls. 865). Traduzindo, diz o Perito que *"O atleta nunca pode provar o momento exato da infecção viral nem pode o Painel de Peritos excluir a possibilidade de uma infecção viral no período de tempo relevante. Apesar disso, a tendência clara no MCV é uma muito forte indicação de um evento fisiológico e/ou patológico, e.g. perda de sangue infrequente combinada ou não com uma infecção viral."*

O mesmo parecer volta ainda a insistir na questão do treino em altura, desta feita para conceder que os critérios apontados pelo Painel de Peritos são, em geral, os aceites (só são visíveis alterações se houver uma exposição a altitudes mínimas de 2.500 mts. durante um período nunca inferior a 200 horas), mas que isso não exclui a possibilidade em certas pessoas, sob certas condições, poderem ser observadas alterações a altitudes mais baixas [*"(...) it does not exclude the possibility that for certain persons under certain conditions also at lower altitude levels changes can be observed (...)"*]. E, ato isolado até aqui, o Dr. Douwe de Boer faz uma referência bibliográfica para sustentar a sua afirmação (v. fls. 866).

Este último parecer mereceu novamente a repulsa do Painel de Peritos.

Mais uma vez, num parecer bastante sólido e credível, com recurso a bastantes referências bibliográficas, o Painel de Peritos veio assegurar que (...) *o perfil, de modo algum, configura alguma perda de sangue espúria ou crónica e não apresenta anemia (...)* Se se suspeitasse de um efeito anémico por deficiência de ferro ou Vit B12 no quadro das células sanguíneas, tal levaria, de acordo com os manuais de medicina, a um impacto não apenas no MCV, mas afetaria também o MCH e o MCHC. No entanto, ambas as variáveis permanecem constantes, como ilustrado pelo próprio Dr. de Boer no seu Anexo D (...) Para além disso, o quadro de Reticulócitos observado durante o mesmo período claramente identifica a teoria do Dr. de Boer como inválida, como por exemplo na amostra 4, a eritropoiese é suprimida comparando com as amostras prévias (em associação com Hemoglobina elevada), um padrão que não é observado sob qualquer condição fisiológica." (v. fls. 964 a 966).

E, quanto à órfã referência bibliográfica feita pelo Dr. Douwe de Boer para o efeito do treino em altura, respondeu o Painel de Peritos que *"(...) as alegações do perito podem seguramente ser excluídas, uma vez que o estudo usado para comparação não coincide com o presente caso."*, explicando mais à frente que aquele se refere a um estudo feito em patinadores de velocidade e que não levou em conta nem quantificou *"(...) a variação intra-individual ou uma abordagem longitudinal, que é a base do Passaporte Biológico do Praticante Desportivo."* (v. fls. 966 e 967). Pelo que, não pode servir de termo de comparação.

E, tudo visto, concluiu, uma vez mais por unanimidade dos três Peritos que o compõem, que *"Os novos argumentos avançados pela defesa do atleta não apresentaram quaisquer elementos novos. Várias características menores (MVC) foram enfatizadas sem serem avaliadas no contexto do perfil. A maior parte das alegações foram já rebatidas na nossa recente perícia (altitude, deficiência de ferro, anemia). Os aspetos mais suspeitos assinalados nas nossas apreciações prévias continuam ainda sem resposta. Considerando a informação disponível nesta fase, confirmamos portanto o nosso parecer prévio de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea. É altamente improvável que seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou de uma condição patológica, mas pode ter sido causado pelo uso de substâncias proibidas ou métodos proibidos, provavelmente envolvendo o uso de estimuladores da eritropoiese e/ou transfusões de sangue."* (v. fls. 910 a 915).

E, portanto, aqui chegados, o que temos, em suma, é um total de 7 (sete) pareceres que comportam um conjunto de juízos técnico-científicos que vão em duas direções diametralmente opostas.

Mas, como já havíamos avançado no despacho de fls. 980 *"(...) a prova pericial está sujeita à livre apreciação do decisor e, nessa medida, não é a quantidade de periciais apresentadas (num ou noutro sentido) que dita o resultado final da prova. Caberá, antes, analisar a fiabilidade e credibilidade de cada um dos pareceres de per si."* para a final concluir qual convence, acrescentamos.

Nesta senda, importa desde logo notar que todos os pareceres do Painel de Peritos constantes dos autos foram elaborados por unanimidade, isto é, em todos os casos os três peritos que compõem o Painel estiveram de acordo quanto ao conteúdo e conclusões do documento. Não havendo qualquer obrigação do parecer ser unânime, naturalmente que esta unanimidade confere uma fiabilidade acrescida aos documentos. Se a isto juntarmos o facto de o Prof. Dr. Giuseppe d'Onofrio e o Prof. Dr. Yorck Olaf Schumacher (dois dos peritos do Painel de Peritos) serem, atualmente, duas das maiores referências a nível mundial em matérias relacionadas com dopagem, tendo vários estudos publicados sobre o assunto e integrando ambos, desde a sua formação, em 2008, o Painel de Peritos para o Passaporte Biológico da *Union Cycliste Internationale* (UCI), forçoso será concluir que, na vertente técnico-científica, os pareceres unânimes adquirem uma credibilidade que dificilmente pode ser posta em causa.

A credibilidade e fiabilidade acima referidas foram ainda reforçadas pelo parecer concordante do perito nomeado pelo Instrutor (Dr. Paulo Pereira de Almeida) o qual ficou aquém do esperado em termos de fundamentação e, como tal, serve apenas na medida

em que, apesar de tudo, é a opinião assumida e sem reservas de alguém bastante reputado no meio científico.

É igualmente justo assinalar o esforço feito pelo Arguido que, ao contrário do que geralmente ocorre nestas situações, entendeu a importância da prova pericial e fez-se acompanhar de dois peritos com *expertise* nas matérias em discussão e que, em abstrato, tinham de facto condições para convencer no que à prova pericial diz respeito.

Sucedem, porém, que sem prejuízo das afirmações *supra* efetuadas, as quais sempre tenderiam a convencer o Instrutor da maior credibilidade e fiabilidade dos Pareceres do Painel de Peritos, o que faz sucumbir definitivamente a prova pericial apresentada pela defesa é o facto de os pareceres desta padecerem de uma fragilidade fundamental: remetem grande parte da explicação do perfil anómalo para factos que não ficam demonstrados e, em parte, são até inverosímeis.

Na verdade, ambos os pareceres do Dr. Dowe de Boer e da Dra. Ana Espírito Santo assentam grande parte da explicação para o perfil anómalo nos seguintes factos: o Arguido sofreu perdas de sangue infrequentes [hematúria] (explicação para os resultados anómalos das amostras 4, 5 e 6) e o Arguido treinou em altura, o que teve impacto significativo no seu perfil hematológico (justificação para os resultados das amostras 9 e 10).

Consabidamente, as perícias são análises técnicas a factos de particular complexidade que, pela sua natureza, não são do conhecimento e entendimento do decisor. Ou, dito doutra forma, é a atividade de perceção ou apreciação dos factos probandos efetuada por pessoas dotadas de especiais conhecimentos técnicos e científicos. Admite-se, portanto, que, como ocorreu no caso concreto, os peritos emitam juízos sobre o impacto que a hematúria ou o treino em altura têm sobre o perfil hematológico de um atleta. Já as afirmações de que o Arguido perdeu sangue ou que treinou em altura, encontram-se aqui fora do âmbito da prova pericial.

Ou seja, a defesa parece ter descurado um pormenor primordial: a prova pericial apenas serve para sustentar a tese da defesa se os factos em que esta assenta forem demonstrados. Como se disse, as peritagens são análises técnicas a factos de particular complexidade, mas o substrato probatório continua a ser o facto, o acontecimento, o ato. E, portanto, o Arguido não podia descurar que de nada vale demonstrar, por prova pericial, que em abstrato uma hematúria ou o treino em altura têm influência sobre o perfil hematológico de um atleta, se previamente não demonstrar e convencer que, em concreto, nas datas das respetivas recolhas, sofreu hematúria e treinou em altura.

Ora, o Arguido não apresentou qualquer prova tendente a demonstrar a veracidade destes factos, pelo que, neste contexto, a prova pericial realizada vale-lhe de muito pouco.

Na verdade, quanto à alegada perda de sangue (hematúria) o Arguido não só não fez qualquer prova da veracidade do facto, como os elementos constantes dos autos indiciam exatamente o oposto (que não houve perdas de sangue naqueles períodos).

Efetivamente, da análise dos documentos constantes de fls. 106 a 117 (denominados 'Inquérito ao Praticante Desportivo', que foram preenchidos e assinados pelo Arguido aquando da realização de cada recolha), podemos verificar que à pergunta "*O praticante desportivo doou ou perdeu sangue nos últimos 3 meses*", o Arguido respondeu sempre colocando a cruz no quadrado respeitante ao "*Não*".

Isto é, segundo o normal ocorrer dos factos, se efetivamente tivesse sofrido perdas de sangue entre o segundo semestre de 2010 e o início de 2011 (sendo que a este respeito os pareceres da defesa do Arguido são divergentes, porquanto a Dra. Ana Espírito Santo indica que a perda de sangue terminou em Janeiro e o Dr. Douwe de Boer indica que apenas terminou em Março), o Arguido deveria tê-lo declarado nos controlos de 15.07.2010, 03.09.2010, 21.10.2010, 06.01.2010, 02.03.2011 e 12.03.2011. Ou seja, o Arguido teve, pelo menos, 6 (seis) oportunidades de declarar as perdas de sangue infrequentes de que alegadamente padecia, mas nunca o fez.

Note-se, ademais, a este respeito, que a alegada perda de sangue era evidente e do conhecimento do Arguido [(...) *blood loss in urine* (...) – v. fls. 917], pelo que, a ser verdade, não existia qualquer explicação para que omitisse consecutivamente este facto nos formulários da ADoP. Para mais, tratando-se, como se trata, de um ciclista profissional, com uma vasta carreira, habituadíssimo às exigências do controlo antidoping, certamente saberia da importância da informação que lhe estava a ser solicitada.

Pelo que, aqui chegados, dúvidas não restam de que a alegada hematúria não só não fica demonstrada, como fica até fortemente indiciado que a mesma nunca ocorreu. Na medida em que os pareceres apresentados pela defesa assentam, ambos, a explicação para os resultados anómalos das amostras 4, 5 e 6 neste facto, a pouca verosimilhança do mesmo retira qualquer fiabilidade às conclusões dos pareceres.

E, relativamente ao alegado treino em altura, que terá influenciado as amostras 9 e 10, apenas fica demonstrado que nos formulários que preencheu à data (v. fls. 112, 114 e 115) o Arguido declarou ter treinado, por determinados períodos de tempo, na Serra da

Estrela. Não se contesta que este é um indício, mas certamente que é insuficiente para convencer. Caberia, aqui, ter utilizado prova testemunhal ou documental (ou outra) que permitisse demonstrar que, efetivamente, naquelas datas, o Arguido treinou na Serra da Estrela. E, portanto, sem ter este facto seguro, não há sequer que questionar do impacto que o treino em altura tem sobre o atleta em causa.

Aqui chegados, é mister concluir que alguns dos factos em que assentam os pareceres técnico-científicos apresentados pelo Arguido na sua defesa não ficam demonstrados, o que sempre compromete a opinião veiculada nos mesmos. Houve, portanto, uma quase total ausência de prova para tentar convencer da matéria factual. Mas, ainda que assim não se entendesse, e que todos os factos sobre os quais assentam os pareceres da defesa (inclusivamente, a hematúria e o treino em altura) ficassem demonstrados, sempre seria de concluir que, na vertente meramente técnico-científica, os mesmos não explicam os resultados anómalos e, como tal, não permitem afastar (ou, sequer, pôr fundamentamente em causa) a conclusão do Painel de Peritos, agora também acompanhada pela Instrutor, de que é altamente provável que uma substância proibida ou método proibido tenha sido utilizada pelo Arguido e é improvável que o resultado seja devido a qualquer outra causa.

o Conclusões:

- i. A prova feita pelo Arguido no inquérito não permite sustentar alguns dos factos em que os peritos apresentados pela defesa assentam as principais conclusões dos seus pareceres;
- ii. Na parte técnico-científica, os pareceres apresentados pelo Arguido são amplamente rebatidos pelos pareceres do Painel de Peritos e do Dr. João Pereira de Almeida, sendo que estes últimos nos merecem mais crédito e fiabilidade do que os primeiros;
- iii. Os elementos constantes do processo permitem concluir que o perfil hematológico do Arguido revelado pela documentação constante dos autos (Passaporte Biológico) indicia fortemente a alta probabilidade deste ter utilizado substâncias e/ou métodos proibidos.

B. Da Resposta do Painel de Peritos

Nos artigos 17.º a 20.º da resposta à nota de culpa o Arguido vem pôr em causa o segundo parecer do Painel de Peritos (datado de 04.05.2013). Fâ-lo com base num argumento puramente formal, segundo o qual, de acordo com o disposto no n.º 6 do anexo D do Código Mundial Antidopagem "(...) o arguido tinha direito a que os peritos

designados pela ADoP reanalisassem toda a informação recolhida por este organismo e não apenas rebatessem as explicações apresentas pelo arguido." (v. fls. 825 e 826).

Verificou-se depois, em conversa telefónica com o mandatário do Arguido, que a norma em causa não se encontrava no anexo D do Código Mundial Antidopagem, como referido, mas sim no anexo D do *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"*, versão 3.1, de Abril de 2012, documento que entretanto o próprio Arguido juntou aos autos (v. fls. 894 a 946).

Dispõe o citado n.º 6 do anexo D do referido documento, sob a epígrafe *"Review of Explanantion from Athlete"*, que *"Upon receipt of explanation and supporting information from the Athlete (or in the event no explanatory information is provided), the panel of three experts shall review the information provided by the Anti-Doping Organization, the information (if any), provided by the Athlete and any additional information that the panel considers necessary to render its opinion in coordination with both the ADO and the APMU. It is accepted that this review may no longer be anonymous. The panel shall then reassess or reassert its previous opinion that includes one of the following statements:*

- a) Unanimous opinion of the panel that based on the information in the Passport, it is highly likely the Athlete used a Prohibited Substance or Prohibited Method and that it was unlikely to find the Passport abnormal assuming any other cause; or*
- b) Based on the available information, the panel is unable to unanimously reach an opinion and, in such a case, the panel may or may not recommend further investigation or testing."* (v. fls. 945).

Sem grande necessidade de recurso às regras interpretativas, o que decorre expressamente deste normativo é que o segundo parecer do Painei de Peritos deve conter uma apreciação completa do perfil analisado, na qual sejam valorados os resultados iniciais e as explicações apresentadas pelo atleta, de modo a poder sustentar a conclusão final dos peritos, que deverá ser no sentido de que unanimemente mantém a sua posição de que o perfil é anómalo ou, pelo contrário, de que não existe unanimidade quanto a essa opinião e, como tal, o processo não deverá prosseguir.

Agora, isto não pode querer dizer que o segundo parecer tem de repetir toda a informação constante do primeiro parecer e ser ainda acrescido, depois, da análise das explicações dadas pelo atleta. A ser assim, estaríamos não só a anular o papel do primeiro parecer, o que não se concede, como a obrigar a um formalismo de *'copy/paste'* absolutamente desadequado e despropositado.

Portanto, aqui chegados, dúvidas não restam de que o que se exige é que este segundo parecer analise as explicações do atleta e, no final, conclua se, em face dos elementos de que dispõem, os peritos mantêm a sua opinião inicial ou se, pelo contrário, deixou de existir unanimidade quanto à opinião veiculada no primeiro parecer.

E, foi exatamente isto que o Painel de Peritos, experimentado que está nestas lides e conhecedor que é da legislação antidopagem, fez. Vejamos.

Na fase introdutória do parecer ora posto em crise começou por explicar que *"As explicações do praticante desportivo foram-nos dadas numa versão atualizada do ficheiro 'Documentação de Suporte do Passaporte Biológico"*. Isto é, não foram facultados aos peritos, apenas, as explicações do Arguido. Foi feita e enviada uma *'versão atualizada do ficheiro Documentação de Suporte do Passaporte Biológico'*.

Mais à frente, explicam que *"Temos como referência o nosso parecer comum datado de 27.2.2013 para as anomalias observadas no perfil. Em resumo, essas eram:*

- *Uma fase de estimulação pré-competição típica com os mais altos valores de reticulócitos do perfil antes da Volta a Portugal 2011.*
- *Um aumento suspeito da concentração de hemoglobina (+2.2 g/dl em dez dias) da amostra 5 para a 6, com a primeira apresentando também valor elevado de Reticulócitos, indicando estimulação da eritropoiese e uma progressiva supressão na amostra 6.*
- *Um típico "cenário OFF" na amostra 4, apresentando a segunda mais alta concentração de hemoglobina do perfil associada com o mais baixo valor de Reticulócitos%." (v. fls. 99).*

E, a final, após refutar, uma a uma, as explicações apresentadas pelo Arguido, o Painel de Peritos conclui, a fls. 103, que *"Considerando a informação disponível nesta fase, nós confirmamos portanto o nosso prévio parecer de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea."* (sublinhado nosso).

Pelo que, aqui chegados, é legítimo afiançar, sem margem para dúvidas, que não assiste qualquer razão ao Arguido na alegação que faz, porquanto fica claro que o Painel de Peritos, no segundo parecer, cumpriu integralmente o disposto no n.º 6 do anexo D do *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"* e analisou toda a informação do perfil hematológico do Arguido. Só assim, aliás, poderia ter concluído, como concluiu, que *"Considerando a informação disponível nesta fase, nós confirmamos portanto o nosso prévio parecer de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea."*

o Conclusão:

O segundo parecer do Painel de Peritos cumpre integralmente o disposto no n.º 6 do anexo D do *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"* e, como tal, não padece de qualquer irregularidade.

C. Da Preterição do Direito de Contra-Análise

Defende o Arguido, nos artigos 21.º a 28.º da resposta à nota de culpa, que *"(...) Como a documentação junta ao processo demonstra (e o Código Mundial Antidopagem prevê) em todas as recolhas realizadas ao arguido existiu uma amostra A e uma amostra B."* e, como tal, *"(...) devia ter-lhe sido conferida, e não foi, a possibilidade de requerer, nos termos da lei, a realização da análise da amostra B (...)"*, isto é, defende o Arguido que lhe foi negado o direito de obter a contra-análise das amostras que lhe foram recolhidas (v. fls. 826 a 828).

Curiosamente, a resposta para a alegação do Arguido (e que a contraria) encontra-se no mesmo documento que o próprio juntou aos autos (para alegar uma irregularidade do segundo parecer do Painel de Peritos): o já citado *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"*.

De facto, nos termos do referido documento, da autoria da Agência Mundial Antidopagem (adiante AMA), expressamente se dispõe que *"The requirements for an Initial Testing Procedure, A Sample Confirmation Procedure and B Sample Confirmation Procedure as defined in the ISL shall not be applicable to blood Samples analyzed for the purposes of the Athlete Biological Passport."* (vide último parágrafo do n.º 4 do anexo C, a fls. 938). Isto é, traduzindo para a língua portuguesa, dispõe este normativo que *"Os requisitos para o procedimento do teste, confirmação da amostra A e confirmação da amostra B, tal como definido no ISL (International Standard for Laboratories), não é aplicável às amostras de sangue analisadas para fins de Passaporte Biológico do Atleta."*

A inexistência de amostra B fica, aliás, clara ao longo de todo o documento. Basta atarmos no ponto 6 do anexo A, no qual se explica o procedimento de recolha a adotar, e onde consta explicitamente que apenas é recolhida uma amostra [*"Although the ABP requires only a single tube of blood (...)"*]. Ora, se apenas há uma amostra, fica

demonstrada a impossibilidade prática de, como pretendido pelo Arguido, analisar a amostra B.

E, note-se que a especificidade do disposto neste anexo A do *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"* é tal que no n.º2 do mesmo se dispõe expressamente que *"In the event of any discrepancy between the requirements set out in this Appendix and those set out in the IST [International Standard for Testing] or Blood Sample Collection Guidelines, this Appendix shall prevail for sample collection related to the Athlete Biological Passport."* (sublinhado nosso). Ou seja, em caso de conflito normativo, tratando-se de matérias de Passaporte Biológico, o disposto neste anexo prevalecerá.

Já vimos, então, que os normativos aplicáveis ao caso não dizem exatamente o que o Arguido expressou. Mais dificuldade temos em contraditar a alegação do Arguido segundo a qual *"(...) a documentação junta ao processo demonstra (...) em todas as recolhas realizadas ao arguido existiu uma amostra A e uma amostra B."* (v. artigo 24.º da resposta à nota de culpa). Isto porque, da documentação junta aos autos, o Instrutor não descortina nenhum indício de que tenha existido amostra B.

Eventualmente, podemos supor que o Arguido se refere ao facto de haver duas medições de cada amostra. De facto, ao contrário do que ocorre nas amostras para deteção de substâncias proibidas, as amostras sanguíneas para o Passaporte Biológico são sempre (independentemente da vontade do atleta) analisadas, pelo menos, duas vezes. E, isso sucedeu no caso das amostras recolhidas ao Arguido também.

De facto, da *'Documentação de Suporte – Relatório Analítico'* de cada uma das amostras recolhidas ao Arguido é constatável, nos respetivos pontos 2.3, que cada uma das amostras foi submetida a duas medições. Este procedimento serve para garantir a fiabilidade dos resultados e está definido no n.º4 do anexo C do já citado *"The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating Guidelines and Compilation of Required Elements"*, onde se estatui que *"Each blood Sample shall be analyzed twice. Absolute differences between the results of the two analyses shall be equal or less than the following for the relevant analyses to be accepted:*

- *0.1 g/dL for HGB analysis;*
- *0.15 absolute difference for % Reti analysis (if first measurement lower or equal to 1.00%); and*
- *0.25 absolute difference for % Reti analysis (if first measurement higher than 1.00%).*

The data from the second injection is used to confirm the first injection data. Therefore, if the absolute differences between the results of the analyses are within the criteria above, then only the first injection data is reported. If absolute differences between the results of

the two analyses are greater than those defined above for a specific Sample, the analysis shall be started again in accordance with this section 5."

Ora, no caso das amostras recolhidas ao Arguido os critérios *supra* expostos foram integralmente respeitados, conclusão a que se chega pela confrontação dos resultados individuais obtidos em cada uma das duas medições (v. fls. 134 a 137, 186 a 189, 239 a 242, 292 a 295, 245 a 348, 403 a 410, 462 a 465, 515 a 518, 568 a 573, 626 a 631, 681 a 686, e 739 a 742).

Não será despreciando notar a fiabilidade acrescida que este duplo grau de verificação traz ao procedimento. E, se a isto acrescentamos o facto de apenas os Laboratórios certificados pela AMA poderem realizar este tipo de análise, e mesmo estes estarem obrigados a testar sempre o aparelho medidor antes de analisar qualquer amostra (situação que também se encontra documentada na '*Documentação de Suporte – Relatório Analítico*'), talvez possamos compreender o motivo pelo qual a Agência Mundial Antidopagem optou por não considerar necessário conceder ao atleta o direito a pedir a contra-análise nos casos de Passaporte Biológico.

o Conclusão:

O Arguido não foi, nem tinha de ter sido, notificado para requerer a análise da amostra B porquanto, como vimos, no Passaporte Biológico não existe amostra B. É recolhida uma única amostra, que depois é analisada, pelo menos, duas vezes (sem que o atleta tenha de manifestar vontade nesse sentido). No caso do Arguido, foram feitas em todas as amostras pelo menos as duas medições e as diferenças de valores obtidas ficaram sempre dentro dos limites estabelecidos pela Agência Mundial Antidopagem. Nestes termos, não foi praticada qualquer irregularidade.

D. Da Falta de Autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados para o Tratamento da Base de Dados em que consiste o Passaporte Biológico

O Arguido sustentou, nos artigos 29.º a 33.º da resposta à nota de culpa, que "(...) O Presidente da ADoP só em 27/6/2011 obteve autorização da CNPD para o tratamento de uma base de dados com os perfis hematológicos dos praticantes desportivos abrangidos pela estratégia do passaporte biológico (...)", motivo pelo qual "As recolhas efetuadas anteriormente à autorização da CNPD não podem ser invocadas pela ADoP, sendo ilegais". Daqui retira que "As recolhas 4, 5 e 6 (...) foram efetuadas em data anterior à autorização da CNPD (...)" e, ficando sem efeito os resultados destas amostras "(...) fica afetada toda a acusação contra o arguido, dada a natureza longitudinal do perfil

estava autorizada a fazer a recolha das amostras orgânicas do Arguido, para verificar se isso inquinaria, de facto, a utilização dessas provas neste processo.

O Arguido assegurou que essa era a estatuição legal para a dita omissão [*"As recolhas efetuadas anteriormente à autorização da CNPD não podem ser invocadas pela ADoP, sendo ilegais (...)"* – art. 30.º da resposta à nota de culpa] mas, infelizmente, não assentou esta sua afirmação (quanto à impossibilidade de invocação) em qualquer normativo ou, sequer, jurisprudência.

Não passa, portanto, da opinião (não fundamentada) do Arguido e que, aparentemente, não é acompanhada pelos tribunais portugueses.

Veja-se, a este respeito, o Ac. Relação de Coimbra, de 10.10.2012, segundo o qual *"Em processo penal são admissíveis as provas que não forem proibidas por lei (artigo 125º), indicando o artigo 126º quais as provas que são nulas, e como tal, não podem ser utilizadas: as provas obtidas mediante tortura, coacção ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas (n.º 1); enumerando o n.º 2 quais as provas obtidas que, mesmo com consentimento delas, são ofensivas da integridade física ou moral das pessoas e, o n.º 3 quais as provas que são nulas, não podendo ser utilizadas (as obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações), se não houver o consentimento do respectivo titular. A proibição de prova tem consagração constitucional, estatutando o artigo 32º, n.º 8 que «São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa à integridade física ou moral das pessoas, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência». (...) O uso das tecnologias de informação, das comunicações e da videovigilância pode conflitar com o direito à intimidade e à vida privada. Todavia, "a videovigilância surge, simultaneamente, como uma imposição das exigências de segurança; uma forma do desenvolvimento da tecnologia da segurança e também uma consequência de novas formas de abordagem do fenómeno de criminalidade. Assim é lógica a conclusão de que os fotogramas obtidos através do sistema de videovigilância existentes num local de acesso público e para protecção dos bens e da integridade física de quem aí se encontra, mesmo que se desconheça se esse sistema foi comunicado à CNPD, não correspondem a qualquer método proibitivo de prova, desde que exista uma justa causa para a sua obtenção, como é o caso de documentarem a prática de uma infracção criminal (...) Por conseguinte, ainda que no caso vertente a reprodução das imagens obtidas através do sistema de videovigilância tivesse constituído o único meio de prova – o que não aconteceu – sempre seria admissível e objecto de valoração."* (in www.dgsi.pt).

positiva, pelo que, a previsão a aplicar será a da 2.ª parte do artigo. Mas, aqui remete-se para um conceito indeterminado, porquanto a data da violação da norma antidopagem é difícil de definir, uma vez que a prova da violação resulta da conjugação de todas as amostras recolhidas. Assim, integrando, temos que a solução correta, na opinião deste Conselho, será anular todos os resultados obtidos a seguir à recolha da primeira amostra de sangue alterada, pois sabemos que nas competições subsequentes a esta recolha o ciclista tirou proveito do uso de uma substância ou método proibidos. Ficou provado que 'O primeiro resultado anómalo do perfil hematológico do Arguido ocorreu no dia 27.07.2010 (amostra n.º 432132)' (v. ponto 14 dos Factos Provados). Assim, decide-se anular apenas os resultados obtidos pelo Arguido após o dia 27.07.2010."

O Instrutor concorda e acompanha, sem reservas, a opinião do Conselho de Disciplina. De facto, dúvidas não restam de que a anulação dos resultados obtidos cabe dentro do âmbito de previsão do artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, no segmento em que este define que "(...) todos os outros resultados desportivos alcançados a partir da data em que a amostra positiva foi recolhida, quer em competição quer fora de competição, ou em que ocorreram outras violações das normas antidopagem, são anulados com todas as consequências daí resultantes (...)" (sublinhado nosso).

Por isso, a discussão terá tão só que ver com a data a partir da qual os resultados serão anulados. De facto, seria bom que a Lei tivesse clarificado. Sem prejuízo, entendemos que a 'data em que ocorreram outras violações' será aquela em que fique provada a primeira utilização de método ou substância proibida. Este é o momento em que podemos afirmar que houve violação das normas antidopagem, é o momento da prática do facto ilícito [não obstante, por questões de segurança e de defesa da integridade dos atletas, no caso do passaporte biológico os mecanismos disciplinares não serem desencadeados logo aquando do primeiro resultado suspeito mas, tão só, quando o software está em condições de assegurar, com o grau de fiabilidade exigido (intervalo de confiança de 99,9%), que os resultados do Arguido são anómalos e um conjunto de pelo menos três peritos independentes confirma, por unanimidade, a anormalidade dos resultados].

○ Conclusão:

A sanção de anulação dos resultados desportivos, prevista no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, é aplicável aos casos de irregularidades detetadas no passaporte biológico e, em consequência, ao Arguido.

Feita que está a análise de toda a prova trazida ao processo temos que a documentação apresentada pela ADoP relativamente a este Passaporte Biológico se nos afigura altamente segura, fiável, rigorosa e esclarecedora. Vejamos porquê:

Como tivemos oportunidade de ver, cada uma das 12 (doze) amostras de sangue recolhidas ao Arguido foi analisada, pelo menos, duas vezes, tendo-se obtido em todas resultados uniformes.

Todas as amostras foram processadas e analisadas no Laboratório de Análises de Dopagem (adiante LAD), o qual está credenciado e acreditado pela Agência Mundial Antidopagem.

Os resultados analíticos foram, numa primeira fase, tratados por uma aplicação informática que é disponibilizada pela Agência Mundial Antidopagem e que determina a existência de anormalidades no perfil dos atletas com um intervalo de confiança mínimo de 99,9% (o mesmo intervalo a que recorre na medicina forense para a determinação da paternidade através do perfil de ADN). No caso do Arguido, o referido *software* assinalou uma probabilidade de anormalidade no perfil de 99,96% para a hemoglobina, 99,98% para os reticulócitos e 100% para o índice *Off Score* (índice de estimulação) – v. fls. 12.

Perante isto, toda a documentação do Passaporte Biológico do atleta foi disponibilizada e escrutinada por 3 (três) peritos independentes, de competência técnica reconhecida (Painel de Peritos) que, analisando todas as variáveis (ficheiros retirados do software, relatórios analíticos das 12 amostras, calendário competitivo do Arguido e respostas dadas por este nos formulários preenchidos aquando das recolhas), se pronunciaram unanimemente no sentido de que “(...) é *altamente improvável que o perfil longitudinal seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica. Na nossa opinião unânime, é altamente provável que uma substância Proibida ou Método Proibido tenha sido utilizada e é improvável que seja o resultado de qualquer outra causa.*” (v. fls. 29).

Após apreciar as explicações dadas pelo atleta, ainda em sede de inquérito prévio, o Painel de Peritos reafirmou, de novo por unanimidade, a sua posição inicial (v. fls. 102 e 103).

E, antes ainda da abertura deste inquérito, foi feito aquilo a que podemos chamar um terceiro nível de verificação, e que é feito pela ADoP, que antes de enviar o processo para a respetiva Federação desportiva faz uma última conferência dos elementos constantes do mesmo, de molde a perceber se há alguma justificação para o resultado anómalo.

Pelo que, aquando da abertura do processo disciplinar tínhamos já um suporte documental e pericial que conferia aos resultados obtidos níveis de fiabilidade que permitem um grau de convencimento próximo da certeza (probabilidade absoluta).

Caberia, portanto, ao Arguido pôr fundadamente em crise as mais de 770 páginas produzidas pela ADoP, LAD e Paineis de Peritos. Malgrado, não augurou atingir esse objetivo.

A defesa apresentada pelo Arguido sofreu logo um revés: o perito nomeado nos autos a requerimento do Arguido (Dr. João Pereira de Almeida, médico especialista em patologia clínica e em medicina desportiva e certamente uma das mais reputadas individualidades portuguesas nesta matéria), veio corroborar as conclusões do Paineis de Peritos.

Depois, para além de insistir nos pareceres do Dr. Douwe de Boer e da Dra. Ana Espírito Santo (que já haviam sido rebatidos com êxito pelo Paineis de Peritos no inquérito prévio), o Arguido limitou-se a apresentar um novo parecer do Dr. Douwe de Boer, que se veio a revelar não trazer nada de inovador. Claudicou, portanto, a prova pericial apresentada pelo Arguido.

E, a este respeito, não será despidendo sublinhar que o Arguido incorreu num equívoco que sempre comprometeria a sua defesa: é que, como vimos, os pareceres apresentados assentam grande parte da explicação para o perfil anómalo em factos que não ficam demonstrados (perda de sangue e treino em altura). Na verdade, caberia ao Arguido primeiro demonstrar a veracidade dos factos alegados e depois convencer que, do ponto de vista técnico-científico, tais factos são suscetíveis de produzir um impacto no perfil hematológico condizente com o resultado anómalo verificado. Não o fazendo desta forma, a defesa ficou definitiva e irremediavelmente comprometida.

Destarte, o Arguido não augurou pôr fundadamente em causa os factos que lhe eram imputados. Não cumpriu o ónus de contraprova que lhe era imposto e, chegados ao fim da instrução não parecem sobejar grandes dúvidas quanto ao facto do Arguido ter praticado o ilícito de que vem acusado.

Para além disto, o Arguido alegou ainda alguns vícios procedimentais, levantando questões que se vieram a revelar infundadas e, assim, a defesa sucumbiu em bloco.

Vejamos, então, as regras aplicáveis à prova, para a seguir podermos determinar quais os factos que ficam provados.

Estatui o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto que *"O ónus da prova de dopagem, para efeitos disciplinares, recai sobre a ADoP, cabendo-lhe determinar a existência da violação de uma norma antidopagem."* e acrescenta o n.º 2 que *"A prova é considerada bastante para formar a convicção se permitir formular um juízo de probabilidade preponderante, ainda que tal juízo possa ser inferior a uma prova para além de qualquer dúvida razoável."*

Como *supra* se viu e aqui se repete, a aplicação informática utilizada neste caso é disponibilizada pela Agência Mundial Antidopagem e, utilizando o método estatístico denominado 'Bayesian', determina a existência de anormalidades no perfil dos atletas com um intervalo de confiança de 99,9% (que é o mesmo utilizado para determinação da paternidade através do perfil de ADN).

Ora, a propósito de um caso de investigação de paternidade, veio o STJ dizer o seguinte: "*Com aplicações na engenharia genética, na bioinformática, na nanotecnologia, na história e na antropologia, é na medicina legal – áreas criminal e civil – que através da determinação da impressão genética (ou perfil de ADN) que se torna de alta fiabilidade a identificação de pessoas (...) Na investigação de paternidade a fiabilidade é quase total (superior a 99,99%). (...) Do exposto resulta que, actualmente, a paternidade biológica é determinável com todo o rigor e fiabilidade.*" (v. Ac. STJ, de 29.01.2010, disponível em www.dgsi.pt). O mesmo STJ veio, em 15.12.2011, afirmar que "(...) a prova pelo ADN é cientificamente fiável e não aleatória, o que oferece certeza e segurança." e novamente, o mesmo Tribunal, em 23.02.2012, estabeleceu que "*O progresso científico veio alterar por inteiro a investigação dos factos atinente à prova da filiação. Os testes de ADN fazem a prova cabal da filiação. Não cabe aqui tecer considerações sobre a sua eventual falibilidade, pois trata-se de um debate irrelevante face ao que é a normalidade das coisas.*". Trata-se, portanto, de jurisprudência unânime e pacífica da mais alta instância jurisdicional nacional.

No caso concreto do Arguido o referido *software* assinalou uma probabilidade de anormalidade no perfil de 99,96% para a hemoglobina, 99,98% para os reticulócitos e 100% para o índice *Off Score* (v. fls. 12).

Pelo que, quanto a nós, os resultados da aplicação informática são, sem necessidade de outros, suficientes para formular o tal juízo de probabilidade preponderante a que se refere o artigo 9.º n.º2 da citada Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Contudo, se não bastassem, para além destes temos ainda os três pareceres do Painel de Peritos, os quais unanimemente concluíram que "(...) *é altamente provável que uma substância Proibida ou Método Proibido tenha sido utilizada e é improvável que seja o resultado de qualquer outra causa.*". E, temos ainda, em complemento, o parecer do perito nomeado pelo Instrutor, que veio corroborar os dois primeiros pareceres do Painel de Peritos.

Pelo que, aqui chegados, não sobejam dúvidas de que a prova realizada pela ADoP é definitivamente suficiente para permitir formar e sustentar o juízo de probabilidade preponderante quanto à prática da infração pelo Arguido.

Nesta situação, caberia ao Arguido "(...) pôr fundadamente em causa a violação de uma norma antidopagem (...)", conforme decorre do artigo n.º 3 da referida Lei. Tratava-se, portanto, de fazer contraprova que permitisse gerar no decisor a dúvida sobre a prática da infração. Exigia-se, grosso modo, que o Arguido alegasse e demonstrasse a tal hematúria e o treino em altura e, seguidamente, convencesse que esses factos podiam, em abstrato, justificar as anomalias do perfil (isto designa-se de contraprova, que se distingue da prova em contrário). Como vimos *supra*, pela análise individual feita a todos os argumentos explanados e prova produzida pelo Arguido, este não augurou cumprir o ónus probatório que sobre ele impendia.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. O Arguido está filiado na UVP-FPC, sendo o titular da licença n.º 9962.
2. No âmbito da estratégia denominada *Passaporte Biológico*, a Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) procedeu à recolha das seguintes amostras de sangue do Arguido.
 - Amostra n.º432217, código INTERDITO, recolhida em 15.07.2010;
 - Amostra n.º775078, código DILACERAR, recolhida em 03.09.2010;
 - Amostra n.º432061, código PROGUNAR, recolhida em 21.10.2010;
 - Amostra n.º432153, código CELULOSE, recolhida em 06.01.2011;
 - Amostra n.º520103, código PREVENIDO, recolhida em 02.03.2011;
 - Amostra n.º520100, código ENCESTAR, recolhida em 12.03.2011;
 - Amostra n.º520123, código PROGREDIR, recolhida em 13.06.2011;
 - Amostra n.º520146, código FESTIDO, recolhida em 04.07.2011;
 - Amostra n.º520295, código NORDESTE, recolhida em 01.08.2011;
 - Amostra n.º520265, código ENCAMBAR, recolhida em 03.08.2011;
 - Amostra n.º520160, código DESMOBILAR, recolhida em 24.08.2011;
 - Amostra n.º795431, código EMBATOCAR, recolhida em 14.08.2012.
3. Cada uma das amostras recolhidas ao Arguido foi analisada pelo Laboratório de Análises de Dopagem (LAD), que elaborou os respetivos relatórios analíticos.
4. Os resultados obtidos nas análises, depois de introduzidos numa aplicação informática que é disponibilizada pela Agência Mundial Antidopagem, permitiram estabelecer um perfil hematológico do Arguido, assim como valores de referência de normalidade baseados nos próprios resultados deste.
5. A referida aplicação informática determinou a existência de anormalidades no perfil do Arguido.
6. O intervalo de confiança da referida aplicação informática é de 99,9%.
7. No caso concreto do Arguido o referido *software* assinalou uma probabilidade de anormalidade no perfil de 99,96% para a hemoglobina, 99,98% para os reticulócitos e 100% para o índice *Off Score*.

8. Depois de monitorizados, os resultados do Arguido foram submetidos pela ADoP à apreciação de um Painel de Peritos independentes – constituído pelo Dr. Giuseppe d'Onofrio, Dr. Paulo Paixão e Dr. Yorck Olaf Schumacher.
9. Em 27 de Fevereiro de 2013 o Painel de Peritos emitiu Parecer no qual concluiu unanimemente que *"Considerando a informação contida no Passaporte Biológico do Praticante Desportivo, é altamente improvável que o perfil longitudinal seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica. Na nossa opinião unânime, é altamente provável que uma substância Proibida ou Método Proibido tenha sido utilizada e é improvável que seja o resultado de qualquer outra causa."*
10. A ADoP disponibilizou a Documentação de Suporte do perfil anómalo do Passaporte Biológico com o código POR0012 ao Arguido, dando-lhe a oportunidade para apresentar uma explicação para os resultados que permitisse afastar ou pôr em causa as conclusões do Painel de Peritos.
11. O Arguido defendeu-se alegando que *"(...) a conclusão de que é altamente provável que o signatário tenha usado uma substância proibida ou um método proibido não é correcta e outras explicações são possíveis."* e, para o efeito, juntou um parecer do Dr. Douwe de Boer e um parecer da Dra. Ana Espírito Santo, acompanhados de um conjunto de resultados de análises clínicas feitas ao Arguido.
12. Submetida a justificação e documentos apresentados pelo atleta à apreciação do Painel de Peritos, estes concluíram, unanimemente, que *"Considerando a informação disponível nesta fase, nós confirmamos portanto o nosso prévio parecer de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea. É altamente improvável que seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica, mas pode em contraste ser causado pelo uso de substâncias ou métodos proibidos."*
13. A ADoP realizou a instrução inicial e verificou que não foi concedida nenhuma autorização de utilização terapêutica ao praticante desportivo e que não ocorreu nenhuma violação da Norma Internacional para Controlo e da Norma Internacional para Laboratórios da AMA que pusesse em causa a validade dos resultados verificados no Passaporte Biológico do Arguido.
14. Juntamente com a resposta à nota de culpa, o Arguido apresentou novamente os pareceres e as análises clínicas que já havia junto, um novo parecer do Dr. Douwe de Boer e a autorização n.º 6625/2011 da CNPD.
15. O novo parecer do Dr. Douwe de Boer foi submetido à apreciação do Painel de Peritos, que veio concluir que *"Os aspetos mais suspeitos assinalados nas nossas apreciações prévias continuam ainda sem resposta. Considerando a informação disponível nesta fase, confirmamos portanto o nosso parecer prévio de que este perfil é altamente suspeito para manipulação sanguínea. É altamente improvável que seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou de uma condição patológica, mas pode ter sido causado pelo uso de substâncias proibidas ou métodos proibidos, provavelmente envolvendo o uso de estimuladores da eritropoiese e/ou transfusões de sangue."*

16. O Perito nomeado pelo Instrutor a requerimento do Arguido, Dr. João Pereira de Almeida, emitiu parecer no sentido de que *"Concordo com as afirmações de ambos os pareceres do painel de peritos de 27.02.2013 e 04.05.2013, apresentadas neste caso."*
17. O perfil hematológico do Arguido é caracterizado por uma variabilidade importante de todos os três parâmetros analisados (hemoglobina, reticulócitos e off score).
18. O primeiro resultado anómalo do perfil hematológico do Arguido ocorreu no dia 06.01.2011 (amostra n.º 432153 ou, simplesmente, amostra 4).
19. A amostra 4 apresenta o segundo valor de hemoglobina mais alto associado com a mais baixa contagem de reticulócitos [0.6%, com uma muito baixa fração imatura (IRF) de 1.2%], o que consubstancia uma constelação não fisiológica.
20. O par de amostras 5 e 6 (ou amostras n.º 520103 e 520100, respetivamente) é caracterizado por um aumento inexplicado de hemoglobina (+22g/L em apenas 10 dias).
21. A amostra 5 apresenta também um valor alto de reticulócitos, indicando estimulação da eritropoiese. A contagem de reticulócitos é subsequentemente diminuída (inibição da eritropoiese) e a hemoglobina aumentou (em resultado da prévia estimulação) na amostra 6, que foi colhida 10 dias depois, na Volta a Albufeira.
22. As amostras 9 e 10 (amostras n.º 520295 e 520265, respetivamente) apresentam uma fase de estimulação pré-competitiva típica com os valores mais altos de reticulócitos do perfil, precisamente antes do início da Volta a Portugal 2011.
23. Da conjugação destes resultados anómalos pode constatar-se que, pelo menos a partir de 06.01.2011, o Arguido utilizou substâncias proibidas e/ou métodos proibidos.
24. O Arguido agiu de forma livre, voluntária e intencional, bem sabendo que com a sua conduta estava a infringir os Regulamentos e leis antidopagem e a falsear a verdade desportiva.
25. O Arguido é reincidente, porquanto já em 2007 foi condenado à pena de 2 (dois) anos de suspensão da atividade desportiva, após ter acusado a substância proibida eritropoetina num controlo antidopagem.

iii) DO DIREITO:

Considerando o disposto nos artigos 5.º n.º1 e 9.º da Lei n.º 38/2012, importa agora determinar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Entendemos que fica demonstrado que o Arguido infringiu o disposto no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, nos termos do qual *"Constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos (...) O uso de uma substância proibida ou de um método proibido (...) demonstrado por (...) conclusões de perfis longitudinais (...)".*

Esta infração é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 8 a 25 anos, nos termos do disposto no artigo 65.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, por remissão para a tabela constante do anexo ao mesmo diploma;
- b. Anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após a violação da norma antidopagem, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- c. Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC (em vigor à data da prática dos factos).

Inexistem causas de exclusão da ilicitude ou da culpa que possam ser aplicáveis ao Arguido no caso concreto. Igualmente, não é aqui aplicável o disposto no artigo 67.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Os factos provados permitem-nos afiançar a existência de dolo (v. artigo 14.º do Código Penal).

Efetivamente, fica claro que não se tratou de um ato isolado, mas antes de uma estratégia de dopagem tendente a preparar o Arguido para os eventos velocipédicos mais importantes (as amostras n.º 520295 e 520265 – duas das mais anómalas – foram recolhidas nas vésperas da Volta a Portugal de 2011).

Tratou-se de um esquema de dopagem contínuo e sofisticado, ao alcance de poucos, através do qual o Arguido conseguiu, pelo menos, aumentos significativos na capacidade de transporte do oxigénio, o que consubstancia uma vantagem competitiva decisiva.

Agiu deliberadamente e fê-lo com a consciência clara e inequívoca de que a sua conduta era proibida e punida por lei.

Sabia que estava sujeito a controlos de dopagem constantes, mas nem isso o demoveu de prosseguir na sua conduta ilícita, provavelmente alimentado pela ideia de que o método que utilizava, dada a sua sofisticação, permitia que as manipulações sanguíneas passassem despercebidas às autoridades antidopagem.

Obteve um benefício ilegítimo relativamente aos seus colegas de profissão, falseou resultados, ludibriou os agentes desportivos e o público em geral. Granjeou uma imagem desportiva de algum relevo no panorama velocipédico nacional, mas que agora se vem a perceber ser intrujada.

Por tudo isto, não podemos deixar de considerar que o dolo imputável ao Arguido é muito grave.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Relativamente às exigências de prevenção são despidiendos grandes avanços, porquanto a pena mínima de suspensão aplicável ao caso concreto (8 anos), conjugada com a idade do Arguido (32 anos de idade), será sempre suficiente para garantir que este não voltará ao desporto velocipédico competitivo, pelo que, inexistente necessidade de prevenir.

Sem prejuízo, importa notar e considerar que a sanção de 2 (dois) anos de suspensão que lhe foi aplicada pelos órgãos disciplinares da UVP-FPC, em 2007, falhou claramente os seus propósitos, na medida em que não evitou a reincidência.

Relativamente às exigências de punição, será de chamar à colação o prejuízo incomensurável que este caso trará à imagem da modalidade, que assim acaba por estar, mais uma vez, inevitavelmente ligada ao doping. Afetarà a imagem da UVP-FPC e a dos restantes colegas de profissão, que cada vez mais são, em virtude de casos como este, olhados com desconfiança e descrédito pelo público em geral e pelos potenciais patrocinadores em particular. É fundamental perceber que sem público e patrocinadores não há ciclismo profissional e, portanto, agir desta forma, é condenar à morte a modalidade. Dito isto, qualquer que seja a sanção a aplicar ao Arguido, dificilmente reparará os prejuízos que este causou à modalidade.

Ademais, alcançou através do recurso à dopagem aquilo que se lhe exigia conseguisse pelo treino, sacrifício e superação. Subverteu, portanto, os valores fundamentais do ciclismo e do desporto em geral, o que não podemos aceitar.

Não se vislumbrando que existam atenuantes que possam ser aplicáveis ao Arguido, resta ter ainda em linha de conta que este auferia uma remuneração mensal ilíquida de €1.800 (mil e oitocentos euros), presumindo-se que com ela suporta as despesas familiares.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, atentas as circunstâncias do caso concreto, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao

Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de doze anos (artigo 65.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, por remissão para a tabela constante do anexo ao mesmo diploma), acrescida da anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após o dia 06.01.2011 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e de uma sanção pecuniária que, se fixa em €2.800 (artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Lisboa, 01 de Agosto de 2013

O Instrutor,



(Tilo Crespo)